

Clemens Striebing, Sabine Loos
e Jonas Breitfeld
Junho 2025

Pobreza energética na Europa

*Quem são os perdedores
no nosso sistema
energético?*

Impressão

Publicado por

Friedrich-Ebert-Stiftung e. V.
Godesberger Allee 149
53175 Bonn
Alemanha
info@fes.de

Departamento responsável

Friedrich-Ebert-Stiftung | Competence Centre Climate and Social Justice
Cours Saint Michel 30e | 1040 Bruxelas | Bélgica

Responsabilidade pela publicação na FES

Claudia Detsch, Diretora, FES Competence Centre
Climate and Social Justice

Contacto

justclimate@fes.de

Design/Layout

pertext | corporate publishing
www.pertext.de

Imagem da capa

picture alliance / Shotshop / Monkey Business 2

As opiniões expressas nesta publicação não são necessariamente as da Fundação Friedrich-Ebert-Stiftung (FES). O uso comercial dos meios de comunicação publicados pela FES não é permitido sem o consentimento por escrito da mesma. As publicações da FES não podem ser utilizadas para fins eleitorais.

Giugno 2025

© Friedrich-Ebert-Stiftung e. V.

ISBN 978-3-98628-751-1

Outras publicações da Friedrich-Ebert-Stiftung
podem ser encontradas aqui:

➤ www.fes.de/publikationen

**Clemens Striebing, Sabine Loos
e Jonas Breinfeld**
Junho 2025

Pobreza energética na Europa

Quem são os perdedores no nosso sistema energético?

Índice

Um dia na vida de Claire	3
Energia para todos? Nem sempre é algo garantido.	4
Quem é mais afetado?	4
Quem está particularmente em risco?	6
Quais são os padrões recorrentes?	6
Foco: quão justos são os nossos sistemas energéticos para homens e mulheres?	8
Foco: quão justos são os nossos sistemas energéticos no que se refere às zonas urbanas e rurais?	9



Um dia na vida de Claire

Norte de França. Um dia de inverno.

Claire tem 33 anos e vive com os seus quatro filhos, com idades compreendidas entre os quatro e os quinze anos, num apartamento arrendado no campo. Ela trabalha a tempo parcial num emprego regular e descreve o seu rendimento, inferior a mil euros por mês, como suficiente. O seu dia a dia é muito agitado – tarefas domésticas, cuidar dos filhos, trabalho. Não conta com o apoio de um companheiro.

O apartamento é aquecido eletricamente nos meses frios – durante três meses por ano. No entanto, Claire liga o aquecedor apenas quando não há mesmo outra alternativa. Aquecer, cozinhar e iluminar é feito com eletricidade. Para iluminar a casa, Claire utiliza geralmente velas. A eletricidade que ela usa em casa provém essencialmente de baterias recarregáveis, afirma ela. Ela usa um fogão elétrico, mas com moderação para economizar os poucos quilowatts-hora armazenados.

Claire não sofre de doenças crónicas nem de problemas psicológicos, mas o malabarismo diário com a energia, o dinheiro e a responsabilidade desgasta-a. Tem qualificação profissional que é suficiente para o mercado de trabalho, mas não para garantir segurança financeira. Apesar do trabalho e do esforço, o rendimento não é suficiente para assegurar um fornecimento de energia contínuo e necessário. Claire discorda totalmente da afirmação de que consegue pagar a energia de que necessita. Refere que a sua situação de pobreza energética afeta a sua capacidade de receber visitas em casa ou de utilizar a internet. Claire não acredita que os políticos se interessem pelas suas preocupações.

O caso da Claire mostra que a pobreza energética não é um fenómeno marginal. Pode afetar mesmo pessoas que trabalham e estão fisicamente saudáveis quando se juntam falhas no fornecimento, cargas de responsabilidade e limitações financeiras.

A história da Claire é real. Baseia-se em dados de um inquérito online realizado pelo nosso grupo de investigação do Fraunhofer IAO no final do ano de 2024. O nome é fictício. Como mostra este documento de política, as mulheres que criam filhos sozinhas em França estão, entre outros grupos, particularmente em risco de cair em pobreza energética. Claire é uma delas.

Energia para todos? Nem sempre é algo garantido.

A transição energética deve ser justa: quem consome muito e tem alternativas, deve arcar com mais encargos. Quem tem pouco deve ser apoiado. Parece lógico, mas quem são, afinal, os “mais vulneráveis” no sistema energético?

No projeto europeu *gEneSys*, perguntámos a mais de 18.000 pessoas da Alemanha, França, Polónia, Portugal, Suécia e Itália:

Consegue pagar a energia de que necessita para o seu agregado familiar?

As respostas mostram que a pobreza energética não é um fenómeno marginal. Ela afeta certos grupos de forma sistemática e varia de país para país.

Neste folheto informativo, ficará a saber:

- Quem responde *Não* com mais frequência
- Quais são os padrões sociais subjacentes
- Se existem diferenças entre a cidade e o campo, bem como entre mulheres e homens
- E o que isso significa para uma política energética justa

Quem é mais afetado?

Uma comparação entre países selecionados da UE

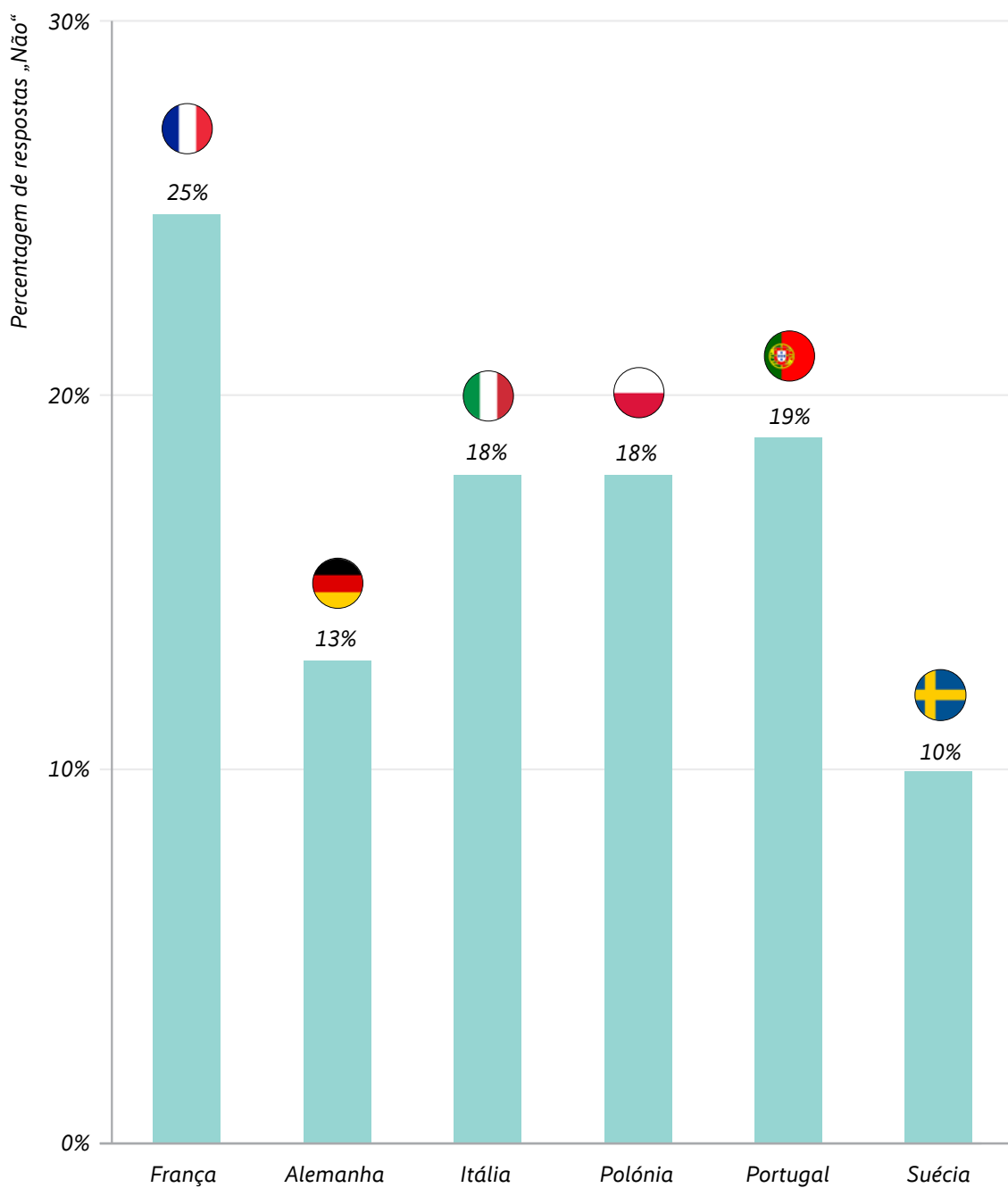
A pobreza energética não é igual em toda a Europa. Uma comparação entre seis países selecionados da UE revela diferenças significativas na extensão da pobreza energética percebida (ver Figura 1).

A percentagem de pessoas que não têm condições financeiras para pagar a energia necessária para o seu agregado familiar é particularmente elevada em França, onde isso afeta uma em cada quatro pessoas inquiridas. Em Portugal, na Polónia e em Itália, uma em cada cinco pessoas afirmou não conseguir pagar a energia de que necessita. Na Alemanha (12,5%) e na Suécia (10,4%) a percentagem é menor, mas não é de forma alguma insignificante: também aqui, muitas pessoas referem restrições no acesso ao fornecimento básico de energia.

Estas diferenças são mais do que apenas números: elas indicam diferenças estruturais em termos de rendimentos, condições de habitação e preços da energia, e a necessidade de agir para uma transição energética verdadeiramente justa.

Comparação entre países

percentagem de agregados familiares que (dificilmente) conseguem pagar a energia necessária



Nota: Percentagem de pessoas que responderam claramente ou tendencialmente “Não” à afirmação «Consgo financeiramente pagar a quantidade de energia e os recursos energéticos necessários para abastecer todas as áreas do meu agregado familiar» (respostas de 1 a 3 numa escala de 1 a 7). Respostas de 17.889 pessoas. Ponderado de forma representativa.

Quem está particularmente em risco?

Com o nosso conjunto de dados, realizámos análises de aprendizagem automática específicas por país para compreender melhor quem é mais frequentemente afetado pela pobreza energética e quem é menos afetado. Foram testados a influência do género e da idade, o nível de escolaridade, o estado civil e a situação habitacional, a localização urbana ou rural, a responsabilidade de cuidar de outras pessoas, a orientação sexual, a religião, a pertença a uma minoria étnica, a saúde física e mental e as doenças crónicas.

A Figura 2 mostra os grupos afetados em cada país e indica a percentagem de pessoas que não conseguem pagar a energia necessária. Trata-se de análises exploratórias que revelam padrões para além das comparações clássicas.

O que salta à vista?

As mães solteiras em França são as mais afetadas de toda a Europa. Por outro lado, dois grupos apresentam os índices mais baixos: pessoas que vivem sozinhas ou em união de facto em áreas urbanas da Suécia, e pessoas casadas e com alto nível de escolaridade na Alemanha.

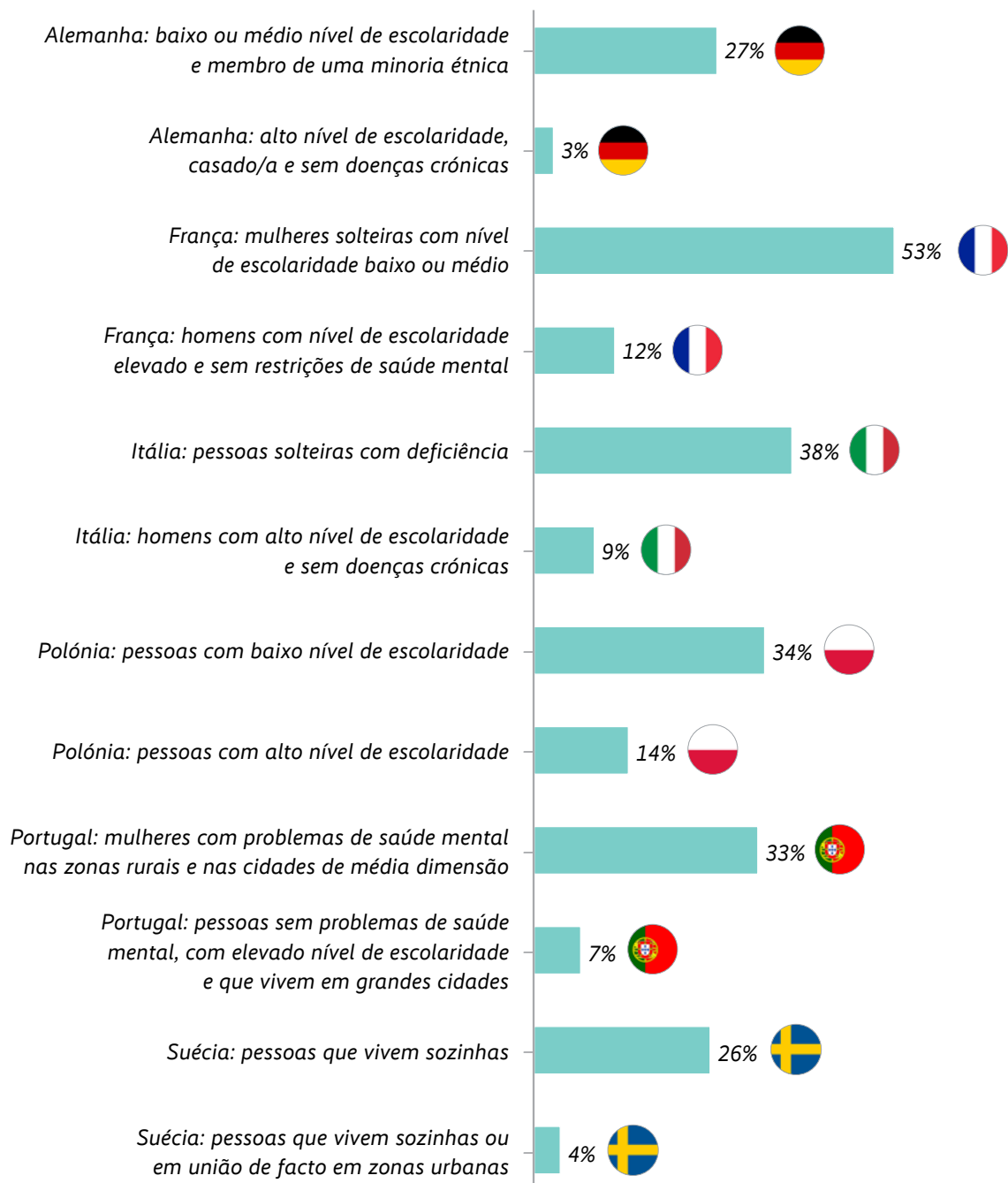
Quais são os padrões recorrentes?

- **A educação conta:** níveis mais elevados de escolaridade aumentam as oportunidades de rendimento, reduzindo assim o risco de pobreza energética.
- **A saúde desempenha um papel importante:** em Itália, Portugal e França observam-se ligações particularmente claras: as pessoas com limitações físicas ou psicológicas são significativamente mais afetadas. Nalguns casos, têm uma maior necessidade energética, por exemplo para equipamentos médicos ou aquecimento, e noutros sofrem mais com as consequências das más condições habitacionais.
- **O casamento protege, por vezes:** os companheiros podem permitir a partilha de recursos, o que reduz o risco, mesmo que as necessidades energéticas aumentem.
- **Viver em meio urbano tem um efeito atenuante:** nas áreas urbanas, as pessoas parecem beneficiar, entre outras coisas, de uma infraestrutura energética mais eficiente.
- **Surpreendentemente, a pertença étnica na Alemanha:** as pessoas que se identificam como pertencentes a uma minoria étnica estão significativamente mais expostas à pobreza energética neste país. Uma possível interpretação é que a pertença social influencia as oportunidades no mercado de trabalho e, consequentemente, também o acesso à energia no dia a dia.

Estes resultados não são juízos definitivos, mas pistas valiosas: quem quiser desenvolver políticas energéticas justas deve conhecer estes padrões sociais.

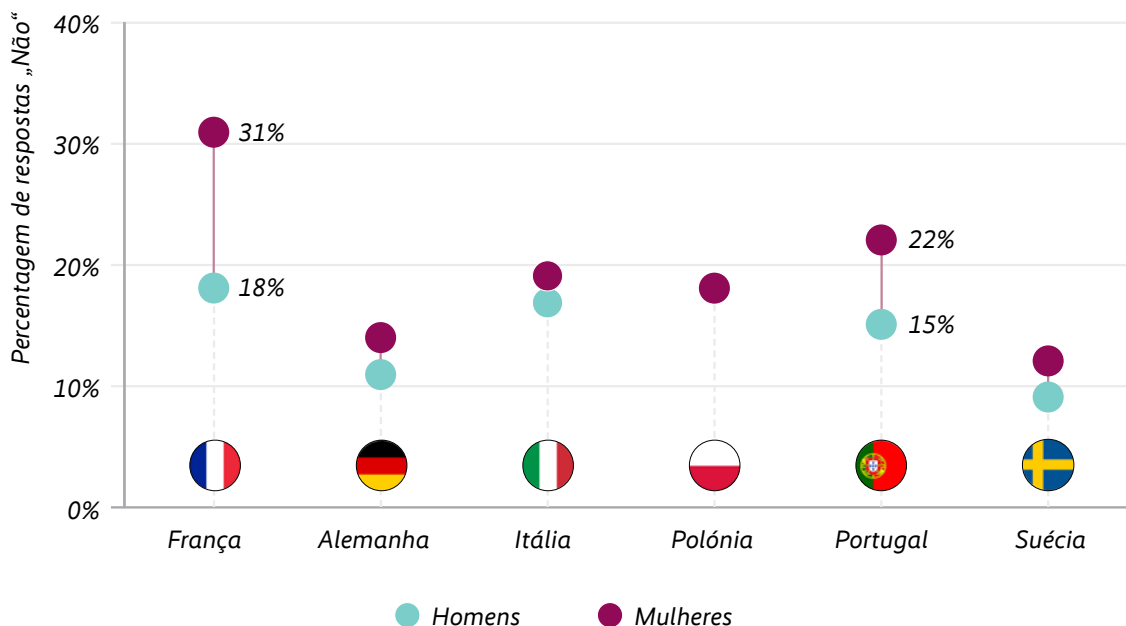
Exploração de grupos extremos

Percentagem de agregados familiares que (dificilmente) conseguem pagar a energia necessária



Nota: Percentagem de pessoas que responderam claramente ou tendencialmente “Não” à afirmação «Consgo financeiramente pagar a quantidade de energia e os recursos energéticos necessários para abastecer todas as áreas do meu agregado familiar» com maior frequência ou menor frequência (respostas de 1 a 3 numa escala de 1 a 7). Resultados das análises por árvore de decisão, específicas de cada país.

Desigualdade de género na pobreza energética



Nota: Percentagem diferenciada por género das pessoas inquiridas que responderam claramente ou tendencialmente “Não” à afirmação: «Consigo financeiramente pagar a quantidade de energia e os recursos energéticos necessários para abastecer todas as áreas do meu agregado familiar» (respostas de 1 a 3 numa escala de 1 a 7). Respostas de 17.889 pessoas. Ponderado de forma representativa.

Foco: quão justos são os nossos sistemas energéticos para homens e mulheres?

A constatação de que em França as mulheres solteiras com nível de escolaridade baixo ou médio são particularmente afetadas pela pobreza energética levanta uma questão fundamental: os nossos sistemas energéticos discriminam, de forma consciente ou inconsciente, com base no género?

Estudos sugerem essa conclusão. As mulheres estão claramente sub-representadas nas iniciativas locais de energia e nos processos de tomada de decisão em matéria de política energética, ao mesmo tempo que apresentam um risco mais elevado de serem afetadas pela pobreza energética. Isto deve-se, entre outras razões, ao facto de muitos indicadores de pobreza energética estarem orientados para o rendimento e a propriedade, áreas em que, em

média, as mulheres dispõem de menos recursos. Mas e quanto à pobreza energética sentida de forma subjetiva, ou seja, à perceção de que simplesmente não conseguem pagar a energia necessária? Foi exatamente isso que analisámos no nosso inquérito.

A Figura 3 mostra a percentagem de agregados familiares em situação de pobreza energética, em função do género da pessoa inquirida. A desigualdade de género é particularmente evidente em França e Portugal: de acordo com as nossas análises, são sobretudo as mulheres com um nível de escolaridade baixo ou médio e com responsabilidade atual ou passada de cuidados que apresentam um risco acrescido de serem afetadas pela pobreza energética. Nos restantes países, por outro lado, não se verifica uma relação geral entre género e pobreza energética: aí, o risco parece estar distribuído de forma independente do género.

Porque é que a pobreza energética tende a ser mais elevada nas zonas rurais dos seis países analisados?



→ Rendimentos

Nas cidades, o trabalho a tempo inteiro e os níveis de escolaridade mais elevados são mais comuns, o que contribui para rendimentos mais estáveis.



→ Limitações de saúde

Nas zonas rurais vivem mais pessoas com limitações de saúde, o que reduz as suas oportunidades de emprego.



→ Menor eficiência energética

Os agregados familiares rurais vivem mais frequentemente em habitações unifamiliares, menos eficientes do ponto de vista energético, e dependem mais do automóvel. As pessoas que vivem nas cidades beneficiam mais frequentemente do calor passivo e de uma infraestrutura mais compacta.

Nota: Fatores essenciais para a maior prevalência da pobreza energética nas zonas rurais. Os fatores foram identificados no âmbito de uma série de análises exploratórias de correlação e regressão.

Foco: quão justos são os nossos sistemas energéticos no que se refere às zonas urbanas e rurais?

O nosso inquérito indica que as pessoas que vivem em áreas rurais são mais afetadas pela pobreza energética. Isso é, de facto, o que acontece nos seis países analisados: nas **zonas urbanas**, **14%** das pessoas nos países da UE inquiridos indicam ser afetadas pela pobreza energética. Nas **zonas rurais**, essa percentagem sobe para **22%**. A que se deve isto? Será que a infraestrutura energética nas zonas rurais é menos desenvolvida? Ou será simplesmente que, no meio rural, tendem a viver pessoas com menos recursos, dado que os rendimentos e os custos de vida são mais baixos?

Os nossos dados sugerem que uma parte significativa das disparidades entre a cidade e o campo, no que diz respeito à pobreza energética, pode ser explicada por uma combinação

de vários fatores de risco como o nível de escolaridade, o tipo de agregado familiar, o estado de saúde ou a infraestrutura de fornecimento. A Figura 4 oferece uma primeira impressão a este respeito. No entanto, para uma avaliação sólida das relações identificadas, seriam necessárias análises mais aprofundadas.

O que significam os padrões que estão por detrás da pobreza energética para uma transição energética justa

Sejam problemas de saúde, de pais solteiros ou de baixo nível de escolaridade, quem vive com dificuldades estruturais sente a pobreza energética de forma particularmente intensa. Ela raramente vem sozinha, mas agrava as inseguranças existentes: causa doenças, solidão e transforma a casa num fator de stress. É possível analisar com precisão quem é afe-

tado, por exemplo, através da combinação de dados como os recolhidos no nosso inquérito no âmbito do projeto gEneSys.

A política pode e deve utilizar estes dados para tornar visível quem fica fora do radar, e para desenvolver medidas concretas e direcionadas. A pobreza energética interseccional não é, contudo, apenas uma questão de distribuição. Por isso, é necessária uma abordagem abrangente: medidas económicas, tais como programas de apoio específicos ou reduções tarifárias, devem ser combinadas com estratégias que envolvam ativamente os grupos marginalizados e reforcem as suas perspetivas.

Uma política energética justa tem em conta como a energia é distribuída, quem pode participar nas decisões e quais as necessidades consideradas prioritárias:

1. Quem recebe o quê e porquê?

- **Programas de apoio específicos para grupos particularmente afetados:** reforço dos subsídios para custos energéticos correntes, ajustados ao rendimento e à situação habitacional.
- **Reabilitação de edifícios socialmente justa:** apoios financeiros para modernizações energéticas em apartamentos arrendados, com o objetivo de reduzir os encargos financeiros dos inquilinos.
- **Introdução e expansão de tarifas sociais:** tarifas reduzidas para eletricidade e aquecimento, de modo a garantir o fornecimento básico a agregados familiares com baixos rendimentos e a promover a inclusão social.

Informação 1

As recomendações de ação baseiam-se, em particular, nos seguintes documentos de trabalho:

- Öko-Institut. (2023). Targeted measures for vulnerable households – Improving the effectiveness of energy efficiency policies in the context of the energy crisis.
- Odyssee-Mure Project. (2023). Energy poverty: Best practices to support vulnerable groups.
- Schumacher, K., Noka, V., & Cludius, J. (2025). Identifying and supporting vulnerable households in light of rising fossil energy costs. German Environment Agency (UBA).

Sobre os autores

O **Dr. Clemens Striebing** é investigador sénior no Center for Responsible Research and Innovation (CeRRI) do Instituto Fraunhofer de Engenharia Industrial (IAO). Aqui, lidera projetos nacionais e internacionais sobre cultura e clima organizacionais, bem como sobre igualdade e diversidade no sistema de investigação e inovação. Estudou Ciências Políticas na Universidade Livre de Berlim e obteve o doutoramento em Sociologia na Universidade de Heidelberg. Leciona Desenvolvimento de Inovação Sensível à Diversidade na Universidade Técnica de Berlim.

Sabine Loos é investigadora no Center for Responsible Research and Innovation (CeRRI) do IAO Fraunhofer e lidera projetos na interface tecnologias (energéticas) – sociedade. Como doutoranda na área da Transição Energética Feminista, investiga sistemas energéticos verdadeiramente justos e sustentáveis tendo em conta as perspetivas feministas e os limites planetários. Sabine possui um mestrado em Responsabilidade em Ciência, Engenharia e Tecnologia pela Universidade Técnica de Munique.

Jonas Breitfeld é assistente de investigação graduado no Center for Responsible Research and Innovation (CeRRI) do Instituto Fraunhofer de Engenharia Industrial (IAO). Aqui, trabalha em vários projetos com as equipas de «Tendências Sociais e Tecnologias» e «Cultura Empresarial e Transformação». Estudou Psicologia durante a licenciatura e atualmente está a concluir o mestrado em Psicologia do Trabalho e Organização na Faculdade de Medicina de Berlim (MSB).

Financiado

Este projeto foi financiado pelo Horizonte Europa, o atual Programa-Quadro de Investigação e Inovação da União Europeia – Cultura, Criatividade e Sociedade Inclusiva – ao abrigo do acordo de subvenção n.º 101094326.



Pobreza energética na Europa

Quão justo é o sistema energético europeu? Em Portugal, por exemplo, as mulheres com doenças mentais que vivem fora das grandes cidades são particularmente afetadas pela pobreza energética. Com base num inquérito em grande escala realizado em seis países da UE, este documento político mostra como existem linhas de falha comparáveis, discute os padrões sociais, de saúde e espaciais da pobreza energética, e convida-o a explorar alavancas viáveis para uma transição energética justa.

Mais informações sobre o assunto podem ser encontradas aqui:

➔ fes.de